

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para instituir a Regra de Ouro Verde, excluindo os gastos ambientais das limitações fiscais e vinculando-os a um planejamento orçamentário contínuo.

Autores: Deputados SÂMIA BOMFIM,
FERNANDA MELCHIONNA E
GLAUBER BRAGA

Relatora: Deputada ELCIONE BARBALHO

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2024, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim e coautoria das Deputadas Fernanda Melchionna e do Deputado Glauber Braga, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para instituir a chamada "Regra de Ouro Verde".

A proposta visa desconsiderar, para fins de cumprimento dos limites fiscais previstos na LC nº 200/2023, os gastos públicos destinados à preservação ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combate a eventos climáticos extremos, preservação de biomas e transição energética. Ademais, o texto determina que essas despesas sejam vinculadas a metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento ambiental.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), para análise de mérito; à Comissão de



Finanças e Tributação (CFT), para análise de mérito e de adequação orçamentária e financeira, conforme art. 54, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54, I, do mesmo Regimento.

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso II, ambos do RICD.

É o relatório.

2025-6169

II - VOTO DA RELATORA

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2024, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim e coautoria das Deputadas Fernanda Melchionna e do Deputado Glauber Braga, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para instituir a chamada "Regra de Ouro Verde".

A proposta visa desconsiderar, para fins de cumprimento dos limites fiscais previstos na LC nº 200/2023, os gastos públicos destinados à preservação ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combate a eventos climáticos extremos, preservação de biomas e transição energética. Ademais, o texto determina que essas despesas sejam vinculadas a metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento ambiental.

Não podem ser economizados elogios à autora da proposta, pelo desenvolvimento de um texto tão adequado às necessidades presentes do país. A Deputada Sâmia Bomfim traz um encaminhamento importante para as prioridades orçamentárias e financeiras de natureza ambiental, em face das catástrofes dos últimos anos, como as queimadas no Sudeste e no Centro-Oeste, a intensificação das secas no Nordeste, e as graves inundações no Rio Grande do Sul.



Destaco que, em publicação desta própria Câmara dos Deputados, intitulada “Coletânea de Legislação Ambiental Brasileira”¹, registram-se contundentes apontamentos sobre a gravidade da questão no Brasil e no mundo. A publicação registra o quanto a mudança do Clima está na raiz do problema dos eventos extremos e dos desastres socioambientais que temos visto.

Assim, o presente Projeto de Lei Complementar está em consonância com os princípios constitucionais do desenvolvimento sustentável, previstos no art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do Poder Público defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A proposta reconhece que os investimentos em políticas ambientais não devem ser tratados como meras despesas correntes, mas como investimentos estruturantes para a resiliência climática e a transição ecológica do país. Ao excluir essas despesas das amarras fiscais, a medida propicia ao Estado a capacidade de cumprir sua função ambiental sem comprometer o equilíbrio fiscal, observando os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PL ainda guarda coerência com os objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS –, da Organização das Nações Unidas – ONU –, com especial adequação ao objetivo 13, que trata sobre a ação contra a mudança global do clima.

Cabe destacar que a proposição muito bem reflete os valores expressos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, pelo Protocolo de Quioto e pelo Acordo de Paris.

Além disso, a vinculação das despesas a metas e instrumentos de planejamento confere racionalidade, controle e transparência à gestão pública ambiental, de modo alinhado à boa governança orçamentária.

Ante todo o exposto, por entender que a proposição fortalece a agenda ambiental brasileira, promove justiça climática e está em harmonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente o

¹ Legislação sobre Meio Ambiente – Ambiente Urbano, poluição e Gestão de Desastres. Câmara dos Deputados. 7ª edição. 2024.



Acordo de Paris, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2024, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ELCIONE BARBALHO
Relatora

2025-6169

